



Reportagem

Justiça Eleitoral é
sinônimo de trabalho
permanente

A diplomação eleitoral pág. 14

Democracia e cidadania pág. 16

Depuração do cadastro eleitoral pág. 18



TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL

Justiça Eleitoral é sinônimo de trabalho permanente

Leticia Capobianco, com colaboração de Ana Cristina Ferreira

A Justiça Eleitoral já começou a preparar as eleições municipais de 2012, antes mesmo da diplomação dos candidatos eleitos em outubro último. Para mostrar como é esse trabalho contínuo e ininterrupto, a equipe da Revista da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) entrevistou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, e servidores de diversas áreas.

“A máquina do Tribunal Superior Eleitoral e da Justiça Eleitoral a cada eleição se aperfeiçoa. É uma máquina muito azeitada, muito preparada. Nós temos juízes e servidores extremamente dedicados e aptos a prestar esses serviços”, afirma o presidente do TSE (assista à íntegra da entrevista em vídeo).

Ao contrário do que muitos pensam, quando as eleições no Brasil terminam, os servidores da Corte e dos tribunais regionais eleitorais (TREs) não param. Em busca do aperfeiçoamento, eles fazem a avaliação dos erros e acertos do pleito anterior e traçam o plano para as próximas eleições, definindo desde já o que precisa ser feito no ano não eleitoral.

A diretora-geral do Tribunal, Patrícia Landi, explica que os dois meses que sucedem o pleito eleitoral são reservados a um trabalho de avaliação do processo das eleições. Segundo ela, todas as áreas voltam seus esforços para avaliar os aspectos negativos e positivos e

essa análise servirá de subsídio para um projeto das próximas eleições. “O que deu certo, nós vamos repetir; o que deu errado, temos de corrigir. Vamos agora para a fase do planejamento, da estruturação dos processos de trabalho, para que tenhamos uma eleição 2012 ainda mais eficiente que a de 2010. Temos de buscar constantemente a perfeição e, para isso, temos de planejar e executar sempre no ano que antecede as eleições”, ressalta.

A Justiça Eleitoral não para: dois meses após o segundo turno, tempo destinado à avaliação do pleito, começa a fase de planejamento das próximas eleições. A ideia é que, a cada eleição, tenhamos processos mais eficientes.

Patrícia Landi lembra que, mesmo em ano não eleitoral, não cessam as demandas de todas as secretarias e coordenadorias do TSE. Entram em execução vários projetos dirigidos aos eleitores – como o recadastramento eleitoral e o cadastramento biométrico – e aos servidores,

que recebem treinamento e capacitação. Isso porque é praticamente impossível realizá-los nas proximidades das eleições. “Em ano eleitoral, todos os servidores estão voltados para plantões, para as atividades-fim, para realizar a eleição”, ressalta a diretora-geral.

Também não param as atividades do Plenário do TSE e de setores como a Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE), as secretarias Judiciária (SJD) e de Tecnologia da Informação (STI) e a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics). Isso porque os ministros continuam julgando os processos que tramitam na Corte eleitoral e, para tanto, há sessões plenárias

normalmente, acompanhadas de perto pelos jornalistas. Sem falar nas eleições suplementares realizadas em municípios brasileiros durante todo o ano. Para se ter uma ideia, de 2008 a 2010, foram realizados mais de 100 pleitos suplementares, o que não teria ocorrido não fosse o empenho dos TREs com o apoio do TSE.

“Nada magoa mais o servidor da Justiça Eleitoral do que ouvir falar que ele só trabalha de dois em dois anos. Primeiro, porque ele se sente desvalorizado diante daquilo que é a instituição para a qual trabalha. Segundo, porque o servidor da Justiça Eleitoral tem extremo amor pelo que faz. Ele se dedica, cria e quer saber sempre o que tem de mais inovador para realizar uma eleição melhor no futuro”, completa Patrícia Landi.

Cadastro de eleitores

“É em ano não eleitoral que a Corregedoria-Geral Eleitoral trabalha mais”. A afirmação é do assessor-chefe da CGE, Sérgio Cardoso. Segundo ele, pensando nas eleições de 2012, o TSE reabriu, no dia 4 de novembro – quatro dias após o segundo turno das Eleições 2010 –, o cadastro de eleitores de todo o país, que depois será submetido a uma auditoria. No dia 10 de novembro, a CGE iniciou a emissão de certidões de quitação eleitoral.

Sérgio Cardoso explica que em ano não eleitoral também é feita a regulamentação do sistema eleitoral e, a partir de março de 2011, os partidos políticos deverão obrigatoriamente enviar a relação dos filiados via Internet para a base do banco de dados de filiação partidária. Ele destaca que o corregedor-geral eleitoral estabelece um cronograma para verificar os dados dos cidadãos filiados aos partidos, como data da filiação e nome, além de ser checado se há duplicidade de filiação, para depois fazer a consolidação dos dados. “Este

trabalho é feito semestralmente, inclusive em ano de eleição”, frisa.

Conforme o assessor, há ainda as atividades da área processual, tendo em vista que é o corregedor-geral eleitoral quem analisa e julga todos os processos sobre propaganda partidária.

Treinamento dos mesários

Colaboradores imprescindíveis do processo eleitoral, os mesários, voluntários ou não, co-

“É em ano não eleitoral que a Corregedoria-Geral Eleitoral trabalha mais”.

meçam a ser treinados a distância, pelos TREs, a partir do mês de julho do ano ímpar, isto é, do ano não eleitoral. Segundo a secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Claudia Braga Mendonça, no caso de eleições presidenciais, também é feito treinamento dos mesários que vão atuar no exterior.

Os servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ainda se dedicam à preparação de cartilhas e vídeos para os mesários e à discussão sobre o pagamento dos mesários, em conformidade com a proposta orçamentária. Também é feita a capacitação de alguns servidores e dos mesários para lidar com os sistemas eleitorais, mais especificamente com a urna eletrônica, tendo em vista a frequente atualização dos equipamentos.

Novidade para 2011: estará disponível na Internet o Sistema de Contas (SICO), que permitirá que toda a sociedade brasileira tenha acesso às prestações de contas partidárias e eleitorais.

Prestação de contas

Outro setor que trabalha muito em ano não eleitoral é a Coordenadoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Coepa), ligada à Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI). Além da análise de contas anuais dos partidos políticos, tarefa rotineira do setor, algumas atividades realizadas são a elaboração do texto de prestação de contas; a análise de contas remanescentes das eleições; a sugestão de minuta de resoluções para as próximas eleições; a apuração dos limites de doação junto à Receita Federal para enviar aos TREs; e o atendimento a partidos políticos e cientistas políticos, entre outros.

Também está entre as atribuições da Coepa a realização de reuniões técnicas com o Banco Central, a Secretaria da Receita Federal e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), para avaliação das eleições e correção das falhas ocorridas nos pleitos no que se refere à prestação de contas. Ainda são feitas reuniões técnicas com os partidos políticos, para discussão dos procedimentos adotados nas prestações de contas tanto partidárias quanto eleitorais, com os TREs, para a unificação e padronização das prestações de contas, e com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), para definição dos parâmetros dos sistemas de prestação de contas e promoção de testes nos projetos.

A Coepa também já trabalha em dois projetos para o ano de 2011. O primeiro é o Sistema de Contas (SICO), que será utilizado no âmbito da Justiça Eleitoral para posterior conhecimento à sociedade das contas dos candidatos, via Internet. Por meio do SICO, o TSE fará a verificação do andamento das prestações de contas partidárias e eleitorais, com o objetivo de dar publicidade ao *status* dos julgamentos de tais

documentos. Como consequência, o sistema dará efetividade à suspensão do fundo partidário em decorrência da desaprovação de contas.

O outro projeto busca divulgar dados dos doadores de campanha eleitoral por setor econômico. A ideia é criar um sistema que ligue os candidatos aos doadores, com o objetivo de facilitar o acesso da sociedade às informações sobre os doadores e os candidatos beneficiados.

Tecnologia

Com a informatização do processo eleitoral brasileiro, os servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal estão sempre trabalhando em prol do incremento dos sistemas tecnológicos, com o objetivo primordial de garantir segurança ao voto eletrônico e conferir transparência às eleições. Apesar de o pleito de 2010 ter terminado há mais de um mês, a STI continua atuando em ritmo eleitoral.

Segundo o chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão (Asplan) da STI, Elmano Amâncio de Sá Alves, o Escritório de Projetos da Assessoria já iniciou uma série de reuniões com todos os líderes e servidores envolvidos com as eleições, “com vistas a registrar as lições aprendidas das eleições de 2010”. Ele explica que os encontros buscam, a partir das lições aprendidas, definir ações no sentido de corrigir falhas e problemas observados ou potencializar as oportunidades de melhorias, já visando às próximas eleições, no caso, as municipais de 2012.

Entre as atividades que já estão sendo realizadas no âmbito da Asplan/STI estão a elaboração e a atualização do Guia de Contagem de Pontos de Função para mensuração de *softwares* da Secretaria e a elaboração e implementação do Planejamento Estratégico e do Programa de Governança de Tecnologia da

Informação (TI). Também já começa a ser elaborado o Plano de Métricas de TI para coleta e medição dos indicadores definidos no Planejamento Estratégico da STI.

No que se refere à arquitetura de *softwares*, a Asplan/STI deu início ao mapeamento, definição e documentação dos padrões de arquitetura de *software* para o cenário tecnológico da STI nos próximos anos. Está sendo feita ainda a prospecção de novas tecnologias para atendimento de necessidades internas e externas à Secretaria de Tecnologia da Informação.

O planejamento e a execução de testes funcionais e de integração dos sistemas das eleições suplementares e das eleições parametrizadas (para atender órgãos dos três poderes e entidades interessadas) são outras tarefas de responsabilidade da Asplan/STI. Conforme Elmano Alves, também já foi iniciada a identificação e a implementação de oportunidades de melhorias do processo de testes de *software* da STI.

Ainda na STI, no âmbito da Coordenadoria de Infraestrutura (Coinf), os analistas e técnicos deram início ao projeto de implantação da Autoridade Certificadora durante o ano de 2012, com vistas à emissão de certificados digitais para os juízes eleitorais e para as urnas eletrônicas, dentre outros serviços que demandam a assinatura eletrônica por meio de certificados digitais. “Esse projeto deve dar ainda mais segurança e transparência ao processo eletrônico de votação, pois todos os softwares e *hardwares* envolvidos poderão assinar eletronicamente os dados enviados e autenticar a origem e a integridade dos dados recebidos, por meio de padrões nacionais instituídos por lei”, ressalta Elmano Alves.

Fora do escopo direto das eleições, no que se refere aos sistemas corporativos, as atividades estão voltadas para o desenvolvimento e a

implantação do processo judicial eletrônico e do processo administrativo eletrônico que, segundo Elmano Alves, deverão dar mais celeridade ao trâmite processual, permitindo o acesso compartilhado aos processos. “As inovações deverão reduzir o gasto com papel, uma vez que o processo será integralmente eletrônico, além de dar mais segurança ao armazenamento do acervo de processos da Justiça Eleitoral”, conclui.

Urnas eletrônicas e biometria

A votação do eleitor a partir da identificação de suas impressões digitais por meio de um leitor biométrico acoplado à urna eletrônica foi novidade aprovada nas eleições de 2010. A tecnologia implantada em 60 municípios de 23 estados, alcançando mais de 1 milhão de eleitores, pode ser considerada a “menina dos olhos” da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TSE. Por isso, os servidores continuam trabalhando sem descanso para que a inovação contemple ainda mais cidadãos no país.

Apenas quatro dias após o término das eleições de 2010 foram iniciados em zonas eleitorais de dez municípios os trabalhos de cadastramento de eleitores para que estes sejam incluídos no rol dos que passarão a se identificar pelas impressões digitais. São eles: Belém e Jundiá, em Alagoas; Macaíba, Ielmo Marinho e Bom Jesus, no Rio Grande do Norte; São João Batista, Cajapió e São Vicente Férrer, no Maranhão; Sales Oliveira, em São Paulo; e Campo Verde, no Mato Grosso.

Mas a intenção do TSE, já para 2011, é que todo o eleitorado de dois estados seja cadastrado para votar em urna com leitor biométrico. O TSE espera que, em 2018, todos os eleitores já sejam identificados pelas impressões digitais.

De acordo com o coordenador de Logística da STI, Rafael Fernandes de Barros Costa Azevedo, também está prevista para o ano que vem

a substituição de cerca de 150 mil unidades da urna eletrônica por equipamentos novos, todos contemplando o leitor biométrico. Essa substituição deverá ser concluída em 2010. Ainda serão adquiridas mais 30 mil urnas, em função do crescimento vegetativo do eleitorado.

Divulgação e produção editorial

A atuação do TSE e da Justiça Eleitoral brasileira é, há alguns anos, tema de extremo interesse por parte da imprensa, dos eleitores e dos futuros eleitores. Para assegurar que o cidadão fique bem informado sobre as atividades desempenhadas pelo Tribunal e por seus servidores, duas áreas trabalham incessantemente: a Secretaria de Gestão de Informações (SGI) e a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics).

Responsável pela manutenção da Intranet e do Portal da Justiça Eleitoral e do site do TSE na Internet, a SGI conta com a parceria da

Asics para a divulgação das informações sobre tudo o que acontece na Corte. A ideia é atingir os mais diversos públicos, sejam eles servidores, estudantes, operadores do Direito interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre o Direito Eleitoral ou eleitores que desejam saber como funcionam serviços como obtenção da segunda via do título, voto em trânsito e justificativa de ausência.

Cabe à SGI a atualização constante dos veículos de comunicação do TSE, no que se refere a *layout*, inserção de conteúdos *web* e atualização de dados. Segundo a secretária de Gestão de Informações, Claudia Alves, a área trabalha por demanda, ou seja, são outros setores do Tribunal, como a própria Asics, que solicitam o trabalho. Exemplo disso foi a criação do site

“Urna Eletrônica” e da cartilha “Por Dentro da Urna”, ambos solicitados pela Asics.

A SGI também tem a tarefa de atualizar constantemente o Código Eleitoral e, a cada dois anos, logo após o pleito, produzir e editar o Relatório das Eleições. O documento de 2010, contendo dados estatísticos do pleito geral nacional, já começou a ser elaborado. A expectativa é que os três mil exemplares do relatório comecem a ser distribuídos em todo o país no início de março do ano que vem.

A Asics, por sua vez, é responsável pela produção de material jornalístico escrito e audiovisual para os sites do Tribunal e outras publicações, além de realizar atendimento à imprensa e assessorar os ministros da Corte. Terminadas as eleições de 2010, a Asics fez avaliação preliminar das suas atividades, em

particular da campanha de esclarecimento ao eleitor e da cobertura jornalística. Segundo a assessora-chefe da área, Silvana de Freitas,

até a primeira semana de dezembro, a avaliação será aprofundada com contribuições dos TREs e de outras áreas do TSE.

“A partir de então, será proposto um cronograma de atividades de comunicação para 2011. Já sabemos, por exemplo, que vamos realizar uma campanha nacional no rádio e na TV sobre a biometria. Ela vai informar os cidadãos sobre a necessidade de cadastramento nos municípios em que o eleitor se identificará pelas digitais na hora de votar nas eleições de 2012”, revela Silvana.

Ela também explica que, nas eleições de 2010, todos os serviços da área de comunicação do Tribunal foram prestados por meio de contratos que resultaram de licitações públicas, o que

O TSE está se preparando para que, em 2018, todos os eleitores brasileiros sejam identificados nas urnas eletrônicas pelas impressões digitais.

permitiu uma redução de custos, especialmente em serviços de publicidade e produção de programa de televisão. “Em 2011, vamos aperfeiçoar os contratos de prestação de serviços de publicidade, jornalismo e produção de rádio e TV. O planejamento antecipado das atividades que serão realizadas durante o período eleitoral é fundamental para o êxito do trabalho”, conclui Silvana.

Nossos objetivos: elevar os padrões de transparência e qualidade das atividades desenvolvidas pelo TSE, prestar informações e esclarecimentos sobre os atos da Corte ou de sua responsabilidade e oferecer a aproximação do jurisdicionado com a Justiça Eleitoral, bem como incentivar ações que estimulem o exercício da cidadania.

Central do Eleitor

A Central do Eleitor, canal direto de comunicação entre a Justiça Eleitoral e o cidadão, foi criada com o objetivo de melhorar o atendimento relativo às demandas do eleitorado por esclarecimentos, sugestões e informações institucionais. Sua criação foi aprovada pelo Plenário do TSE no dia 20 de maio de 2010, que editou a Resolução nº 23.268/2010.

Durante todo o processo eleitoral de 2010, a Central, vinculada à Presidência do Tribunal, teve papel fundamental. Desde a sua criação até o mês de outubro, foram computados mais de 11 mil questionamentos via Internet, telefone, carta, pessoalmente ou *e-mail*, segundo dados estatísticos.

Marise Mesquita, coordenadora da nova unidade, explica que a Central do Eleitor desempenha o papel pedagógico de orientar o acesso aos dados e serviços disponíveis no *site* do TSE, proporcionando o exercício de manifestação dos cidadãos sobre todo e qualquer serviço prestado pela Justiça Eleitoral. Isso ocorre a qualquer momento, seja ano eleitoral ou não.

“Tudo com o intuito de elevar os padrões de transparência e qualidade das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, prestar informações e esclarecimentos sobre os atos da Corte ou de sua responsabilidade e oferecer, assim, a aproximação do jurisdicionado com a Justiça Eleitoral, bem como incentivar ações que estimulem o exercício da cidadania”, resume Marise.

Outras áreas

O TSE, como um todo, volta seus esforços durante todo o ano para garantir a qualidade do trabalho de todas as áreas e o acesso dos cidadãos à Justiça Eleitoral. A Escola Judiciária Eleitoral (EJE) busca propiciar a formação, atualização e especialização dos interessados em Direito Eleitoral. Para tanto, produz e oferece atividades pedagógicas permanentes. O objetivo da EJE é ser um centro difusor de conhecimentos sobre esse ramo do Direito, para contribuir de forma relevante com o aperfeiçoamento do processo eleitoral e o fortalecimento da cidadania.

Além da EJE, são indispensáveis ao perfeito funcionamento do Tribunal a Secretaria de Administração (SAD) e a Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), na área meio. Já na área fim, o TSE conta com a Secretaria Judiciária (SJD), à qual compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades referentes ao processamento dos feitos, desde a sua autuação até a respectiva baixa. Cabe ainda à SJD a manutenção do registro dos partidos políticos, a coordenação e publicação dos acórdãos e resoluções, além de proceder à comunicação das decisões proferidas pelos ministros aos TREs e às partes interessadas, dando cumprimento aos despachos proferidos.